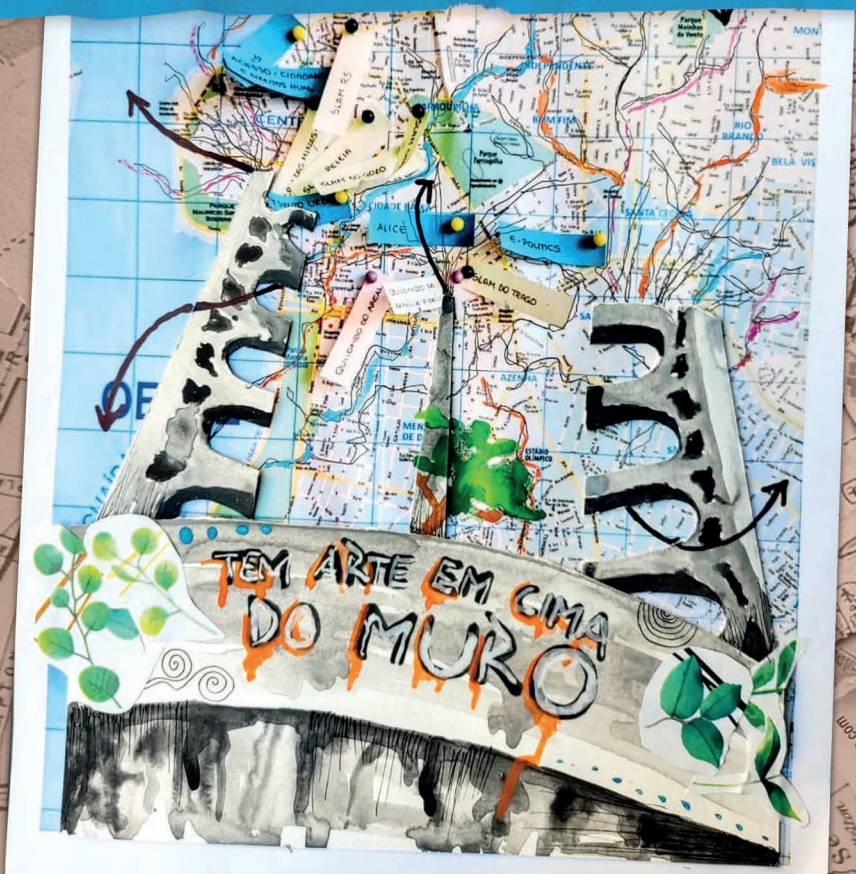
ABRAPSO EDITORA

CIDADES E RESISTÊNCIAS

Intervenções que resistem às praticas de normalização neoliberais nos espaços urbanos



ORGANIZADORAS

Neuza M.F. Guareschi • Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler • Luis Henrique da S. Souza

www.pepiniers.com

CIDADES E RESISTÊNCIAS

Intervenções que resistem às praticas de normalização neoliberais nos espaços urbanos

ORGANIZADORAS

Neuza M.F. Guareschi • Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler • Luis Henrique da S. Souza

ABRAPSO EDITORA

Florianópolis
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cidades e resistências [livro eletrônico] : intervenções que resistem às praticas de normalização neoliberais nos espaços urbanos / organização Neuza M. F. Guareschi...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Carolina dos Reis, Oriana H. Hadler, Luis Henrique da S. Souza.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-21-4

1. Espaços urbanos 2. Psicologia social 3. Sociedade 4. Territorialidade humana I. Guareschi, Neuza M. F. II. Reis, Carolina dos III. Hadler, Oriana H. IV. Souza, Luis Henrique da S.

23-165463 CDD-301.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 301.1

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Projeto gráfico e design de capa: Arnoldo Bublitz
Imagem de capa: Laura Coelho Schaefer e Dan Pinheiro Montenegro

Políticas de aliança e o espaço do comum na educação superior:
colonialismo, desobediência epistêmica e um contrato ético na tensão

Gabrielle Reichelt Pires
Carolina dos Reis

A sociedade dita moderna, globalizada e neocolonialista está sempre em constante mudança, com novos e mais complexos desafios que engendram relações de saber e poder, bem como modos de ser e habitar o mundo. Esta escrita toma, a partir disso, o campo da educação superior, mais especificamente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como analisador para pensar a produção, e a subversão, de políticas de normalização que se orientam por sistemas epistemológicos, num jogo de relações de saber-poder que compõem regras e normas identitárias de uma sociedade estruturada por uma herança colonial. Sendo que essas dialogam com as micro e macropolíticas que rompem, a todo o momento, as paredes da instituição educacional e transbordam a cidade e a vida em sociedade.

Facilmente compreendemos que a instituição universitária marca o lugar no qual se discute e se produz o conhecimento e o fazer científico. Nesse sentido, alguns autores, como por exemplo Boaventura de Souza Santos (1988) ou Walter Mignolo (2007), elaboram uma importante crítica ao modelo de racionalidade que rege a ciência moderna, ao colocarem em evidência o tripé conceitual de modernidade, colonialidade e decolonialidade, que expõe a dimensão imperial do conhecimento científico que encobre a violência de uma sociedade branca patriarcal que cresceu e se desenvolveu a partir de uma herança colonial.

Nessa perspectiva, Walter Mignolo (2017) aponta que a modernidade, colonialidade e decolonialidade são três palavras distintas que designam um só conceito, contrariando a epistemologia da civilização ocidental, em que cada palavra denota um significado específico. A tríade proposta pelo autor indica um conjunto complexo de relações de poder, sendo o termo colonialidade uma matriz ou um padrão colonial de poder que compõe uma rede de relações que é, comumente, encoberta pela retórica da modernidade, que afirma um suposto progresso e salvação, como justificativa

para a violência da colonialidade. Enquanto que a decolonialidade seria a "resposta necessária, tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade. As três palavras designam esferas de dicção e de ação e são interdependentes" (Mignolo, 2017, p. 12).

De modo resumido, essa nova perspectiva de entender a construção do saber coloca em evidência a problemática do tripé poder-saber-ser, afirmando a existência de um espaço onde o pensamento que fugia à norma foi negado em prol do pensamento da modernidade científica e hegemônica, que sustentou, e ainda sustenta, silenciamentos e relações de poder opressoras (Ballestrin, 2013).

Somado a isso, a autora Sueli Carneiro (2005) elabora o conceito epistemicídio, constitutivo do dispositivo da racionalidade e do biopoder que define funções e papéis sociais de dominação; destituindo a razão, o saber e o conhecimento de uma dada população e produzindo assim inferioridade intelectual e racismo hierárquico (Carneiro, 2005).

A construção do conhecimento, da ciência e dos discursos de verdade que circulam no tecido social partem de uma produção arbitrária do sujeito que escapa à norma como o "Outro" atualizando uma série de conjecturas binárias tais como bem/mal, certo/errado, racional/irracional. O que é colocado em questão não é o sujeito, mas os enquadramentos e narrativas dominantes fabricados por um ponto de vista colonial que não assume a si mesmo nesse campo de relações de poder.

Grada Kilomba, no ensaio "*Quem pode falar* - Falar no centro, descolonizar o conhecimento" (2019), faz um paralelo entre a imposição do silenciamento do sujeito negro escravizado e a produção do saber acadêmico que, historicamente, produz um saber sobre os povos africanos sem sequer considerar o saber desses povos. Ou seja, rejeita-se um saber para se impor um regime de verdades que negam a existência desses saberes, que são validados e definidos por um conjunto de normas acadêmicas, que reconhecem ou não, um determinado conhecimento e quem pode ensinar, ou quem pode falar.

A produção de uma inferioridade epistêmica ocorre atrelada a um privilégio epistêmico, que produz racismo e sexismo, sustentando um local de poder e saber branco ocidental. Se instituiu um padrão estético desejável, uma moral e um corpo como expressão da autoafirmação. Pelo controle dos corpos a sociedade marca sentidos e valores, sendo o corpo o signo no qual decorrem os jogos de poder e os investimentos e desinvestimentos de gerenciamento da vida.

A partir dessa perspectiva, Donna Haraway (1995) afirma que a ciência seria um texto contestável que fabrica mundos através de objetos, em virtude de que todas as fronteiras do conhecimento, externas e internas, são teorizadas como movimentos de poder, e não em direção à verdade. Nesse caso, se a ciência ocorre a partir de um problema de metáfora, na relação entre corpo e linguagem, o desafio da ciência estaria em romper com a dualidade científica ao pôr em

discussão a objetividade enquanto corporificação específica e particular. Ramón Grosfoguel (2016), ao pensar a corporificação do conhecimento, compreende que a "não localização" presente na filosofia de René Descartes propicia as condições para o mito da egopolítica do conhecimento, que parte de uma epistemologia do ponto zero. O que seria compatível com um ponto de vista que não se assume como ponto de vista.

Opera, assim, dentro e fora da academia, a constituição de um sujeito do conhecimento descorporificado que transita sem ser marcado pelas hierarquias coloniais de um corpo-político, sem ser confrontado com os privilégios dessa posição ausente, em detrimento dos outros corpos que também marcam e são marcados na universidade.

Se busca, portanto, discutir a dimensão imperial do conhecimento, da ciência e dos discursos de verdade que orientam práticas de normalização, numa produção arbitrária que coloca o sujeito que escapa à norma como o "Outro" e, consequentemente, reatualiza conjecturas binárias como bem/mal, racional/irracional. Desse modo, busca-se problematizar a dimensão colonial dos saberes que operam na academia e constituem políticas de normalização, a partir da localização de uma mulher branca cisgênera, mapeando movimentos e possibilidades de ação para, assim, pensar o espaço do comum e as possibilidades de uma política de alianças que rompa com a produção de violência e violações na educação superior, dentro da UFRGS.

Para tanto, em um primeiro momento, faremos a discussão da produção do conhecimento que opera dentro da universidade e quais os saberes que são legitimados como científicos e validados dentro desse espaço, colocando em problematização a dimensão colonial dos saberes e a apropriação dos bens comuns para uma política neoliberalista que produz como efeito a comercialização do conhecimento e o produtivismo acadêmico. Seguimos, em um segundo e último momento, discutindo os movimentos que se deram dentro da UFRGS e mudaram, consequentemente, parte do panorama e do cenário educacional para pensarmos as possibilidades dos corpos discentes, docentes e do próprio corpo institucional da UFRGS, de firmar uma política de alianças que perpassa uma compreensão ética de renúncia a violência colonial.

Produção de conhecimento, bens comuns e colonialismo

As instituições de educação superior, assim como os outros setores da sociedade, acompanham as transformações históricas e sociais do território nacional, passando por mudanças estruturais, econômicas, políticas e culturais, tanto no âmbito público quanto privado. Segundo Thaiane Oliveira (2019), em esfera global, o conhecimento se alicerça por meio da ciência, da tecnologia e da inovação como uma área estratégica de jogos econômicos que privatizam o saber e o comercializam.

Dessa forma, "apesar do pesquisar envolver uma série de agenciamentos coletivos, que vão desde o cotidiano de trabalho até o compromisso com a sociedade, as recompensas são individuais" (Maurente, 2019, p. 04), e assim observamos como efeito a intensificação de práticas individualistas, competitivas e voltadas ao produtivismo. Para José Dias (2015), o conhecimento informático-tecnológico precisa se manter em constante movimento, pois:

> Quando perde utilidade do ponto de vista do mercado e das profissões, é logo descartado e substituído por outro mais eficaz e coerente com as necessidades das corporações mercantis. Cada vez mais imprescindível ao desenvolvimento econômico e à aquisição de vantagens competitivas nas relações comerciais globais e crescentemente mais associado ao exercício profissional e aos contextos específicos, o conhecimento vai perdendo sua histórica densidade de significação humana associada à liberdade, à emancipação pessoal e ao bem coletivo, e mais e mais é subsumido pela ideologia do interesse individual e do lucro ilimitado. (Dias, 2015, p. 589)

O conhecimento dentro da perspectiva mercadológica neoliberal não compreende e possibilita que os sujeitos imersos nesse contexto integrem ativamente a esfera pública de forma crítica e participativa, o que gradativamente acaba por diminuir os espaços públicos e expandir a esfera privada (Dias, 2015). Como afirma Silvia Federici (2019), a linguagem dos bens comuns foi apropriada no início dos anos 90 pelo Banco Mundial e Nações Unidas e posta a serviço da privatização, sendo esses apenas alguns exemplos que subvertem a lógica dos bens comuns para interesses do mercado capitalista, neocolonialista.

Entretanto, como demonstra Federici (2019), ao longo dos anos, sempre houve movimentos de contracontrole com o intuito de impulsionar esforços para coletivizar uma vida em comunidade.

> Hoje, diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto promovem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo. Na África, elas produzem 80% da comida consumida, mesmo com as tentativas do Banco Mundial e de outras agências de convencê-las a mudar suas atividades para culturas de rendimento. Nos anos 1990, em muitas cidades africanas, diante do aumento dos preços dos alimentos, elas se apropriaram de espaços em terras públicas e plantaram milho, feijão, mandioca "nas encostas de rodovias ... em parques, no entorno de linhas ferroviárias" mudando o panorama urbano dessas cidades e rompendo, no processo, a separação entre cidade e campo. (Federici, 2019, p. 401)

Se, por um lado, a educação superior parece caminhar em direção à privatização do saber - explícito na ameaça constante de cortes na Educação e nas bolsas de pesquisa e o emergente projeto Future-se (Ministério da Educação, 2019), lançado em julho de 2019, que anuncia a entrada do setor privado dentro das universidades públicas -, por outro também é possível encontrar corpos que resistem dentro do espaço acadêmico.

Ao se contestar a visão de mundo de uma ciência colonial reatualizada pelo mercado capitalista, que se propõe totalizante, se abre possibilidades para um pensar desobediente. A desobediência epistêmica, proposta por Mignolo, consiste no exercício ético e político, de um pensamento fronteiriço, que requer um "pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade" (2017, p. 30). As possibilidades desses atos de desobediência epistêmica podem indicar um caminho que se atreva a ultrapassar e desafiar o acúmulo de capital, os reforços militares, e uma reestruturação pós-moderna e pós-estruturalista, eurocêntrica de modernidade.

Indo de acordo com isso, as críticas feministas à Ciência, por exemplo, buscam apontar as lacunas e apagamentos que ocorrem nas teorizações científicas, ao evidenciar as exclusões e as motivações que performam os jogos de poder presentes no campo científico. Como afirma Sandra Harding, "podemos tomar como padrão a fidelidade aos parâmetros de dissonância" (2019, p. 101) deixando emergir tudo o que se esconde na fratura.

> Naturalmente, há outro mundo – o das emoções, sentimentos, valores políticos, do inconsciente individual e coletivo, dos eventos sociais e históricos explorados nos romances, no teatro, na poesia, na música e na arte em geral, e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científica. Um dos projetos das feministas teóricas é revelar as relações entre esses dois mundos – como cada um modela e informa o outro. (Harding, 2019, p. 101)

Donna Haraway (2019) irá entender que a ironia presente nos discursos de verdade tem a potência de explicitar as contradições que não podem ser resolvidas dialeticamente e mantém unidas as tensões de pressupostos incompatíveis, expondo inúmeros jogos de verdades em que nenhum necessita ser, a priori, uma inverdade. Para a autora, a ironia constitui uma estratégia teórica e um método político (Haraway, 2019). Nesse sentido, a luta se daria na tentativa de ver e expor ambas as perspectivas ao mesmo tempo, ao entender que cada uma dessas visões revelam dominações e possibilidades de escape e desobediência que seriam inimagináveis sem a perspectiva do outro ponto de vista. A partir dessa aposta,

Haraway sustenta a ideia de que "uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças" (Haraway, 2019, p. 170). Como narra Audre Lorde:

> já que tal individualização depende da repartição cuidadosa dos locais, para que cada sendo uma pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças – uma delas, um garoto – e parte de um casal interracial, eu me lembro a todo momento de que sou parte daquilo que a maioria chama de desviante, difícil, inferior, ou um escancarado "errado". Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. (Lorde, 2019, p. 243)

As diferenças são frequentemente silenciadas nos discursos de verdade, no qual operam os saberes dominantes, sendo colocados à margem e classificados pelo rótulo da diferença que vulnera a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo e no Brasil. Dessa forma, a diferença perpassa uma rejeição institucionalizada que funda a lógica capitalista de uma economia baseada no lucro que necessita de "forasteiros" como superávit (Lorde, 2019). Lógica que incita o medo e o ódio às diferenças, além de orientar certas práticas pautadas na ação de invisibilizar, imitar ou destruir toda e qualquer diferença, conforme a interpretação e os interesses em um dado contexto e período histórico.

> Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo. É tarefa da vida inteira para cada um de nós retirar essas distorções de nossa vida ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos essas diferenças com base nas quais elas são impostas. (Lorde, 2019, p. 247)

Mecanismos que também operam dentro das instituições de educação, onde a dimensão imperial do saber precariza a vida e os saberes de todas as populações colocadas à margem. Como afirma Lorde, as literaturas de mulheres negras ou indígenas, por exemplo, dificilmente são incluídas como leituras básicas nos cursos de educação superior ou pós-graduação. Como percebe a autora, "com muita

frequência, a desculpa dada é que as literaturas de mulheres de cor só podem ser ensinadas por mulheres de cor, ou que são muito difíceis de entender, ou que os alunos não conseguem 'se interessar' por elas porque vêm de experiências 'diferentes demais'" (Lorde, 2019, p. 249).

Contudo, a ironia de Haraway se faz presente também dentro da academia, e há diversas tensões sendo travadas diariamente sobre a produção dos saberes e do que é legitimado como tal. Vale ressaltar, portanto, que no início dos anos 2000 a proposta de democratização das formas de ingresso nas instituições públicas de ensino superior, por meio das cotas raciais e sociais, ocasionou um amplo debate. Houve, na época, acusações responsabilizando os movimentos negros por criar divisões raciais inexistentes, além de compreender tal proposta como um ataque aos direitos da população branca, classe média (Rosa, 2018).

> Faculdades como as de medicina, odontologia, direito e engenharia, entre outras, permaneceram, ao longo da história, predominantemente brancas, sem jamais serem vistas como espaços racializados. Era como se ser branco não fosse uma condição racial, como se aquelas faculdades estivessem disponíveis ao acesso universal. Afinal, não havia restrições raciais escritas nos editais dos concursos vestibulares, apesar da hegemonia branca. Quando indígenas e negros ampliaram a presença nas universidades brasileiras, por outro lado, muita gente concluiu que essas instituições estavam sendo racializadas. (Rosa, 2018, p. 39)

O ingresso de discentes cotistas provocou uma mudança em relação ao perfil dos graduandos e possibilitou novos tensionamentos, questionamentos e desafios para as universidades, sendo possível perceber que, "com frequência, cotistas negras e negros rejeitam que as mesas nos congressos acadêmicos com temáticas que dizem respeito às populações indígenas ou negras sejam ocupadas exclusivamente por pessoas de epiderme alva" (Rosa, 2018, p. 39), demarcando a transformação assinalada por *bell hooks* (2019), em que a partir da fala o indivíduo passa de objeto a sujeito, de pesquisa a pesquisador.

A inserção de outros discursos dentro da academia, antes predominantemente branca, foi gradualmente impulsionando mudanças, visto que tal realidade já não era suficiente para explicar ou abarcar a complexidade de saberes e modos de vida, que passaram a compor a construção do conhecimento científico academicista. Questões como meritocracia, inteligência, aptidão e excelência acadêmica, que durante anos comandaram, inquestionavelmente, a realidade universitária, sendo compreendidas enquanto regras universais, que se aplicam individualmente, passaram a ser contestadas, uma vez que tal pensamento desatribui da equação condições étnico-raciais e socioeconômicas, além de negar que tais conjunturas não são individuais e sim coletivas, políticas e identitárias (Rosa, 2018).

> O problema reside em acreditar que os desempenhos acadêmicos singulares podem estar desvinculados dos efeitos do racismo ou do privilégio racial, dos requisitos econômicos satisfatórios ou da escassez de recursos financeiros, dos acúmulos geracionais de capitais simbólicos ou da ausência deles. ... Alunos cujos pais e avós portavam diplomas de ensino superior possuem referências familiares, trajetórias escolares, horizontes de possibilidades e capital cultural muito diferentes daqueles universitários que têm sido os primeiros de suas famílias a ingressar em uma faculdade. (Rosa, 2018, p. 41)

A luta pelo acesso à universidade se estende, necessariamente, à possibilidade de permanência dos estudantes no espaço acadêmico, tendo em vista que a universidade não foi pensada de forma acessível e igualitária. Reuniões de grupos de pesquisa, por exemplo, beneficiam alunos com dedicação exclusiva por normalmente ocorrerem em horário de trabalho, o que reafirma, sutilmente, nas práticas cotidianas, que a universidade não é universal (Rosa, 2018). Fator que ocasionou a confecção de uma carta-aberta dos discentes da turma de 2019 do mestrado do Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS reivindicando mudanças quanto aos horários das cadeiras obrigatórias e demais encontros acadêmicos:

> Levando em consideração que as duas disciplinas obrigatórias ocupam um dia inteiro na semana, como poderão os mestrandos trabalhadores concluírem o mestrado? Além da inegável produção de sofrimento que esta prática (ou tática de impedimento... ainda não sabemos) produziu - e isto já é irreparável. É preciso que um PPG Social Institucional se problematize, colocando em análise o porquê de duas disciplinas obrigatórias acontecerem nas quintas-feiras. Será preciso, para além de problematizar o que afirma esta prática, nomeá-la para intervir, entendendo que para além do acesso, a permanência e o pertencimento são também garantias de continuidade das ações afirmativas deste PPG. Nos perguntamos então: como produzir em um contexto que não garante ao menos a permanência no programa? Como produzir concretamente uma lógica inclusiva? Quem está sendo favorecido com esta prática? A qual tipo de conhecimento esta pós-graduação está atenta e quer escutar? (Carta-aberta turma 2019, PPGPSI, UFRGS)

Se observa, dentro do território acadêmico, um jogo de lutas políticas que organiza relações entre discursos de saberes, hierarquias de poder e modos de ser que vão tensionando conflitos e crises institucionais, que por sua vez requerem a execução de ações que se bifurcam ora em linhas de fuga, ora em capturas. Em múltiplas instâncias, é possível perceber como o funcionamento institucional atravessa e constitui a vida cotidiana entre discentes e docentes que compartilham o mesmo espaço acadêmico, ainda que de formas distintas.

Dessa forma, cabe ressaltar também que, de acordo com o levantamento do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, menos de 20% dos programas de pós-graduação da universidade trabalham com reservas de vagas, sendo que, dos 92 programas de pós-graduação, apenas 18 possuem algum tipo de cota (UFRGS, 2020). A medida já é adotada desde 2008 na graduação, assim como o Programa de Ações Afirmativas instituído pela Decisão 134/2007 do Conselho Universitário, e prevista em lei para os concursos públicos, mas a reserva de vagas em mestrados, doutorados e pós-doutorados ainda depende das políticas internas de cada instituição de ensino. Contudo, em 2020, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) pretende viabilizar a publicação de uma resolução, que está em tramitação sobre a reserva de vagas em todos os programas, com o intuito de assegurar as cotas em todos os programas em 2021 (UFRGS, 2020).

No que tange o curso de Psicologia e o Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS, foram criados a Comissão Permanente de Combate ao Racismo Institucional, do Instituto de Psicologia (CPCRI-IP), e o Grupo de Trabalho (GT) Ações Afirmativas, que possui como foco a elaboração de uma proposta de política de cotas para o programa, visando além da construção de critérios de ingresso, ações que viabilizem a permanência dos estudantes cotistas no curso. Em 2017, é aprovada em plenária do PPGPSI a Resolução nº 01, de 21/06/2017, que trata da adoção de ações afirmativas para a inclusão e permanência, no corpo discente, de indígenas, negros/as, pessoas com deficiência, pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) e graduados da rede privada de ensino superior beneficiários do "Programa Universidade para Todos" (PROUNI) (PPGPSI, 2020, p. 11).

Somado a esses movimentos podemos pensar em Maria Lugones (2019) quando afirma que é necessário que se transforme a crítica à opressão de gênero, racializada, colonial, capitalista e heterossexista como uma ação de mudança ativa na sociedade, ao colocar os saberes teóricos nas rodas de conversas práticas da vida cotidiana, perpassando um entendido histórico, humano e subjetivo que opera na intersecção das relações entre oprimir e resistir. Perspectiva que aposta em "uma coalizão que nos impulsiona a conhecer uns aos outros como seres que são dotados de relações, de sociabilidades alternativas, e baseados em vivências da diferença colonial atravessadas por tensões e criatividades" (Lugones, 2019, p. 378).

Assim, ao colocarmos a construção do conhecimento sob análise, precisamos considerar tanto as condições de possibilidades, para que um determinado saber seja possível, quanto as relações de saber-poder que a ele, e a partir dele, são sustentadas no tecido social. Percebemos, ao olhar para questões macropolíticas, que a universidade como corpo estrutural, técnico e político se encontra fragilizada, seja pelos cortes de verbas, a ameaça de privatização ou a autonomia e gestão

institucional, seja por enunciados que deslegitimam a seriedade da educação pública ao afirmar que essa é um espaço de produção de "balbúrdia" ou que não produz pesquisas científicas (*GZH*, 2019). Ao mesmo tempo que, ao olhar para questões micropolíticas, percebemos situações de violência e sofrimento psíquico que ameaçam diretamente os corpos imersos no contexto universitário, em maior ou menor grau, perpassando relações de opressão que vulneram a vida de todos os grupos identitários que são marginalizados dentro de uma sociedade capitalista, patriarcal e colonial.

Contudo, o corpo institucional estrutural e o corpo sujeito, que habita a academia, estão colocados em campos de possibilidades e violações distintos, onde a condição da morte se executa, de forma brutal e irremediável, na carne matável. O que não significa, entretanto, que a instituição não possa estar enquadrada, também, em uma vida precária ou ameaçada, ainda que ocupe um corpo forte, pois essa também sofre modificações e é campo de disputa de diferentes discursos de verdade.

Movimentos, corpos e alianças

As mudanças e tensões que ocorrem dentro do espaço acadêmico constituem um campo de entraves e possibilidades que se dão nas disputas de ordem teórica e prática, e que operam tanto entre os próprios discentes como entre docentes, técnicos e demais sujeitos expostos a esses jogos dentro da UFRGS. Se torna possível constatar que o corpo discente se fortalece na relação com o corpo docente e atravessa e constitui o corpo forte institucional, que sustenta também entraves e lutas políticas constantes, de forma macropolítica, sendo, portanto, também ameaçado constantemente, econômica, política e democraticamente. A UFRGS é formada por indivíduos que compõem a vida acadêmica - docentes, discentes, técnicos, funcionários - nas mais diversas instâncias deliberativas, entidades representativas, coletivos, movimentos sociais e ações que compõem a organização do corpo institucional e, portanto, estruturado e gerido por relações e indivíduos.

Ao mesmo tempo que há ameaças, violações e adoecimento sendo produzido e experienciado dentro da universidade, ela é também o que une estes corpos e movimenta ações e lutas políticas em defesa da educação e da ciência. Toma a frente e sofre ataques macropolíticos, sendo corpo, objeto, espaço e tempo onde operam políticas de aliança e formam um corpo com maior potencial de mudança. O que torna possível que se produza e divulgue, em meios institucionais, notas públicas como a do PPGPSI/UFRGS, em 2020, frente a ações racistas direcionadas a uma professora negra:

O PPGPSI vem a público manifestar seu apoio e solidariedade aos integrantes da chapa UFPel Raiz que concorre às eleições para a Reitoria na Universidade Federal de Pelotas, pelos ataques racistas sofridos em evento virtual no dia 20

de agosto de 2020. Tendo à frente da chapa a professora Miriam Alves, cuja presença no corpo docente deste PPGPSI muito nos honra, o ataque dirigido à candidata a Reitora e ao grupo de colegas da UFPEL atinge a tod@S defensore@s da democracia e de uma universidade pública, autônoma, plural e antirracista. Reafirmamos nosso repúdio à violência abjeta dirigida aos colegas e nos somamos à comunidade acadêmica e instituições sociais na luta em defesa da garantia de direito ao debate de ideias e à afirmação de diferenças, contra o preconceito e a tentativa de apagamento da presença negra na universidade. Endossamos, por isto, as notas públicas já emitidas pelo CRPRe e pela ADUFPel. (PPGPSI, 2020)

Ao mesmo tempo que serve de frente política de enfrentamento e transformação social, se torna também o corpo que sofre os ataques macropolíticos que dialogam com as políticas estatais vigentes de cada período histórico, em maior ou menor proporção. Como podemos constatar, ainda no final de 2018, o Ministério da Educação publicou uma nota técnica modificando o critério para a nomeação dos reitores das instituições federais, interferindo diretamente na autonomia e na democracia institucional da comunidade acadêmica (Nealdo, 2019).

Somado a isso, no início de 2019, entrou em tramitação na Câmara dos Deputados a PL n. 246/2019, que visava implementar, novamente, o Programa Escola Sem Partido, em busca de uma suposta neutralidade que visaria o fim de qualquer "doutrinação" que contrariasse os interesses dominantes. Abraham Weintraub, então ministro da Educação, chegou a defender a possibilidade de filmar professores em sala de aula, mesmo que juridicamente fosse inconstitucional (FÓRUM, 2019), fazendo com que o Programa repercutisse publicamente, como uma nova ameaça à autonomia e à liberdade de expressão. Ação que possui repercussões, macro e micropolíticas, que ficam nítidas na narrativa docente construída na Semana Pedagógica quanto ao medo da censura e da intervenção estatal em universidades públicas, assim como os cortes de bolsas e a falta de verbas para a educação.

> Vivemos um contexto de precarização das condições de trabalho, de ensino e aprendizagem na universidade pública. Isso se refere tanto às questões estruturais concretas como a falta de recursos, falta de espaços físicos e demais estruturas (transporte, bens móveis) ou a presença de estruturas inadequadas às demandas (falta acessibilidade, equipamentos ultrapassados). Diversas vezes os processos despendem recursos próprios para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão (importância de documentar e registrar esses gastos). Esse cenário agrava-se pela distribuição desigual dos recursos dentro da universidade e dentro do próprio Instituto de Psicologia. A precarização das condições de trabalho afeta as relações entre professores e estudantes. (Relatório Semana Pedagógica, IP-UFRGS, 2019)

Vale ressaltar que houve, entre 2019 e 2021, cortes de verbas relacionados à permanência estudantil, que evidencia as mudanças que foram ocorrendo na universidade e que fazem com que ela se torne novamente algo ameaçador ao governo, na medida em que a proporção de pessoas autodeclaradas pretas e indígenas triplicou nas universidades públicas nos últimos anos.

> Em 1999, eles eram apenas 15 a cada 100 estudantes, embora representassem quase metade da população brasileira. A partir de 2000, a participação de negros e indígenas só aumentou, graças a políticas públicas de ação afirmativa e democratização do ensino superior. ... Com isso, a parcela de alunos negros e indígenas nas universidades triplicou em 20 anos no Brasil: em 2019, eles eram 46 a cada 100. (Ceará, Amorozo, & Buono, 2021, p. 12)

Com uma redução de R$ 1,2 bilhão de orçamento, a permanência de estudantes mais vulneráveis, a assistência estudantil e o pagamento de despesas como energia elétrica ficaram ameaçadas, já sendo possível perceber uma correlata evasão estudantil. Segundo um estudo da Andifes, 26,6% dos discentes da graduação têm renda de até meio salário mínimo (*ISTOÉ*, 2021). Sendo possível afirmar que:

> As verbas de órgãos de pesquisa vêm caindo ano a ano, o que reduz a atratividade da atuação em Ciência no Brasil e elitiza a carreira, afirmam especialistas. O orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma das principais entidades de fomento de pesquisa, que é mantida pelo MEC, é o menor em 10 anos. Como consequência, as universidades vêm complementando com o próprio orçamento as bolsas de pesquisa, algo que fica inviabilizado com o corte nos recursos. (Hartmann, 2021)

O corpo institucional sofre diretamente os efeitos dos discursos midiáticos e políticas governamentais que regem jogos de poder, de saber e modos de ser, ao mesmo tempo que também age, institucionalmente, sobre os corpos que o constituem e é, igualmente, afetado por esses corpos. Se, em 1999, a educação superior era, predominantemente, branca, hoje, em 2021, podemos constatar um novo cenário que ainda evidencia uma grande desigualdade social, mas coloca em discussão temas como raça, orientação sexual e gênero, buscando trabalhar a diversidade e a inclusão, o que antes era impensável para a cena acadêmica política do país.

Indo de acordo com esses movimentos, Judith Butler (2019) assinala em "*Corpos em aliança e a política das ruas:* notas para uma teoria performativa de assembleia" que pensar uma política de alianças requer, inevitavelmente, que se constitua um contrato ético de coabitação. Isso significa traçar uma relação que perpassa diferentes tipos de apoio que se dão na relação entre os corpos, os objetos e os espaços públicos que constituem e tornam os nossos movimentos possíveis

dentro de um dado território (Butler, 2019). Ao tomar o espaço e a localização como um efeito de práticas de criação e invenção plurais, a autora compreende que "os suportes materiais para a ação não são apenas parte da ação, mas são também aquilo pelo que lutamos" (Butler, 2019, p. 83). Por efeito, há o surgimento de processos de transformação que atravessam dimensões corporais, tempos históricos, espaços territoriais e ações coletivas que emergem certas condições de possibilidades para criar, resistir e lutar por diferentes demandas.

Assim, ao pensar nos movimentos de resistência, desobediência epistêmica e as tensões e entraves que ocorrem dentro da UFRGS ou nas Instituições de Educação Superior Públicas como um todo, poderíamos compreender tais ações como uma possibilidade de construção de uma política de alianças, dentro do espaço universitário que não reproduza ações pautadas em sistemas de opressão sexistas e coloniais. Sendo que esses acontecimentos performativos, que percorrem as universidades, evidenciam um processo de transformação a partir do encontro que se dá entre os corpos, na brecha entre o meu corpo e o do outro, num jogo de aproximações e afastamentos que vinculam e diferenciam (Butler, 2019).

Nesse momento, a pergunta que nos parece surgir, e que também é formulada por Butler, seria a dúvida de: "O que os mantém unidos ali? E quais são as suas condições de persistência e de poder em relação à sua condição precária e exposição?" (Butler, 2019, p. 83).

Como afirma Butler, o corpo possui a capacidade de contestar a legitimidade dos saberes os colocando em suspensão para serem desafiados e questionados, assim como os discursos de poder que se dão na relação com ele, o que o torna, por si só, uma imagem de desobediência. Fator que potencializa e o torna "ativamente contestado e destruído pela força militar e que, na sua resistência a essa força, articula a sua maneira de viver, mostrando tanto a sua precariedade quanto o seu direito de persistir" (Butler, 2019, p. 92). O corpo indivíduo se torna forte frente a um conjunto de outros corpos, objetos, espaços e tempos que dão força e permitem a mobilidade frente às tensões expostas.

> Por um lado, esses corpos são produtivos e performativos. Por outro, eles só podem persistir e agir quando estão apoiados, pelos ambientes, pela nutrição, pelo trabalho, por modos de sociabilidade e de pertencimento. E quando esses apoios desmoronam e são expostos à precariedade, eles são mobilizados de outra maneira, aproveitando os suportes que existem para afirmar que não pode haver vida corporificada sem suporte social e institucional, sem empregos permanentes, sem redes de interdependência e cuidado, sem direitos coletivos a abrigo e mobilidade. (Butler, 2019, pp. 93-94)

Logo, por mais que a resposta sobre o que mantém corpos tão diversos e com relações de poder e amparo tão distintos, possíveis de serem aliançados, exponha

uma série de tensionamentos de difícil conclusão, sempre sujeitos a diferentes dinâmicas de relações, é possível confirmar que há no espaço da UFRGS diferentes alianças que são formadas e rompidas em diversos momentos, ou até mesmo mantidas e fortalecidas, cada vez mais, dentro de coletivos e movimentos sociais de identificação, pertencimento e empoderamento.

A respeito disso, Tadeu de Paula Souza (2018), ao pensar nos ataques ao Sistema Único de Saúde e nas lutas contra a privatização da saúde brasileira, faz uma relevante diferenciação afirmando que, embora as lutas sociais se refiram a uma política do comum, nem todo espaço público coincide com o comum. A política do comum carrega uma potência revolucionária, na medida em que torna a vida social não passível de ser apropriável, reestruturando as relações sociais a partir do comum (Souza, 2018). Dentro dessa perspectiva, podemos pensar que a lei de cotas busca garantir a execução de uma educação superior pública, colocando o conhecimento como um espaço do comum, porém, como alerta Souza, o fato de uma instituição ser pública não assegura uma política do comum.

O comum, ao qual se refere Souza, estaria associado a um compromisso com a coletividade, o que se aproxima da aposta de Butler acerca da construção de uma política de alianças, sendo que diferentes lutas e movimentos sociais estruturam o comum como um prelúdio político e uma espécie de "carne da democracia" (2018). O sujeito moderno, advindo da sociedade democrática, assume a esfera privada, de forma competitiva e individualista, se retirando da esfera pública e do espaço do comum. Restrito à esfera privada, o sujeito moderno passa a ter uma representação política limitada, e encontra no mercado a possibilidade de exercer o seu poder (Souza, 2018).

> A moral do 'bem comum' como finalidade do homem se vê agora lançada a uma esfera bem específica da vida, a espiritual. O homem universal que a modernidade quer fundar a ferro, fogo e sangue é ao mesmo tempo o homem paranoico "lobo do próprio homem", que necessita de uma mediação política transcendente e o homem essencialmente egoísta, que necessita da concorrência para se realizar na esfera social. Essa natureza humana que se imporá como universal, marca o momento inaugural da branquitude como estética, ética e política do capitalismo, derivando em um amplo e longo processo de expropriação e exploração do comum em escala global. (Souza, 2018)

Esse modo de subjetivação paranoide e individualista instala um violento obstáculo para pensar um sujeito com comprometimento coletivo, visto que, "se somos essencialmente lobos de si e universalmente egoístas, o comum não tem qualquer serventia ou viabilidade política e institucional" (Souza, 2018).

A década de 1960 coloca em evidência a desigualdade social fazendo uma relevante distinção ao marcar que essa se manifesta de forma ainda mais brutal entre negros e mulheres, sendo as mulheres negras as mais prejudicadas (Souza,

2018). Se passa a conceber as diferenças de gênero e raça e seus processos de subjetivação como condição fundante das desigualdades sociais. Se torna necessário, a partir desse momento, a nomeação e afirmação das diferenças como forma de luta política, e emerge no cenário social "um novo grito do comum" (Souza, 2018). O pensamento interseccional, principalmente de autores negros e feministas, colocou em foco os territórios identitários e traçou um novo panorama político do comum.

O movimento de expropriação generalizado que se acentuou nos anos 90 e se fortaleceu com a crise financeira de 2008 forneceu as bases para o surgimento de um "devir-negro do mundo". Dado que, "se o negro foi o modo como os brancos nomearam os povos expropriados e escravizados, agora tal realidade se apresenta a toda humanidade numa divisão entre os 1% e o restante de toda a humanidade: uma necropolítica" (Souza, 2018).

Emerge nesse cenário, em contrapartida, uma onda de críticas negativas ao movimento identitário negro, por parte de pesquisadores brancos, que questionaram o fato de o movimento negro criar uma barreira à produção do comum, se fechando à diferença. Em resposta a essa crítica, Souza afirma que:

> a possibilidade de um negro se diferenciar da determinação subjetiva que o branco lhe impôs está muito mais acessível no encontro com outros negros do que com brancos. Trata-se de um devir negritude do comum nos termos colocados pela intelectual negra Neusa Santos Souza em '*Torna-se Negro*'. Do mesmo modo as mulheres entre si, e os *gays* entre si, e as *trans* entre si. Primeiro é necessário diferenciar-se da determinação heteronormativa, misógina e racista no encontro com o semelhante. A aliança constitutiva de um devir comum das diferenças sujeitadas pode produzir acumulação de potência para equivocar o lugar do homem branco hetero e criação de um si negro. Isoladas, essas diferenças não ganharão expressão institucional pois não será por livre e espontânea vontade que o branco vai ceder o seu lugar de poder. Logo, não se trata de esperar que esses grupos identitários se abram, mas que esses movimentos identitários produzam uma abertura no movimento identitário dos homens brancos heteros cis. O mundo branco deve se abrir rumo à dissolvência e não o contrário. (Souza, 2018)

Souza nos alerta para o fato de que a branquitude percebe, no discurso do comum, uma potência no encontro com a diferença e se apropria desse discurso de forma que promove positivamente a sua própria diferenciação. A apropriação deste encontro com a diferença, pelo homem branco hétero, como aposta ético-política, exprime um lugar de fala onde o encontro com o "outro" permite que esse se distinga e, consequentemente, se afaste do seu lugar de poder. Por outro lado, para os modos de vida marginalizados e patologizados, a possibilidade da diferenciação positiva é mais viável no encontro com o seu semelhante, uma vez que o encontro com o branco é historicamente aniquilador.

O que Souza coloca em questão é que mais vale para a constituição do comum um processo de diferenciação do que o encontro trivializado das diferenças. Os movimentos identitários buscam se fortalecer de forma estratégica, e quem se situa numa perspectiva de privilégio pode acabar cometendo o erro de leitura que compreende e afirma que tais movimentos produzem a segregação, enquanto que produzem a diferenciação (Souza, 2018). Souza afirma ainda que:

> Existe um objetivo dos movimentos identitários de se chegar a um estágio em que essas identidades não sejam mais necessárias, porém isso só irá acontecer quando o lugar identitário do branco, como medida e verdade, for dissolvido. Há, portanto, um desejo de comum, uma dissolução da raça como medida e critério que passa por um devir-negritude do comum. A identidade, o encontro com o semelhante como signo de potência se expressa aqui como território de luta, estratégia, meio de passagem, criação de abertura num mundo fechado. (2018)

As fraturas no corpo institucional, discente e docente, as ameaças macropolíticas que culminam numa precarização do corpo institucional e, em sequência, nos corpos que habitam os corredores da universidade, e as tensões em sala de aula, reuniões ou grupos de trabalho passam, dessa forma, a apresentar, através das tensões, uma possibilidade para a mudança, na potência para uma política do comum e de alianças que não apazigue e que, ao não apaziguar, produza diferenciações.

Retomo, neste momento, o ano de 2016, onde houve diversas ocupações estudantis em diferentes instituições de ensino como resposta à proposta de corte nos investimentos públicos e demais ameaças de retrocesso. Penso nesse momento como forma de contextualizar e evidenciar as lutas sociais e a construção de coletivos identitários e espaços de diferenciação dentro da UFRGS, que já ocorriam em 2016, permitindo uma política de alianças em conjunto com o bem-comum. Para tanto, em setembro de 2016 ocorreu a primeira ocupação motivada pela tentativa de alterar a modalidade de ingresso, pela reserva de vagas, que restringia a entrada de cotistas.

> Foi organizada uma aula aberta na reitoria da universidade, em que se encaminhou, por maioria de votos, a ocupação da reitoria. A ameaça de alteração nos critérios de ingresso pelas cotas foi profunda o suficiente a ponto de reunir diversos coletivos de negras e negros em torno de um objetivo comum. Assim, teve origem o Movimento Balanta e o seu lema: "Nenhum Cotista a Menos". Durante a ocupação, simbolicamente nomeada de akilombamento, negras e negros aprofundaram conhecimentos sobre a Lei Federal e as normas locais de aplicação da reserva de vagas. Era preciso ter argumentos sólidos para mostrar que as mudanças propostas eram ilegítimas... Na ocupação, a principal questão a ser tratada era o ataque ao programa de ações afirmativas e, em uma perspectiva mais ampla, o racismo institucional pre-

> sente nos processos burocráticos das universidades brasileiras... . Por fim, em 2016, as exigências do Movimento Balanta foram todas atendidas, sinal de que a ocupação pode ser considerada um instrumento político eficaz. Para além de manter a possibilidade das candidatas e candidatos cotistas ... a ocupação conquistou o direito de que elas e eles ingressassem na universidade não somente no segundo semestre, como até então ocorria, mas nos dois semestres. (Rosa et al., 2018, p. 64)

Posteriormente, a UFRGS passou por vários outros movimentos de ocupações com diferentes motivações, como a reforma do ensino médio, o projeto Escola Sem Partido e a emenda constitucional (PEC n. 55) que congelou os gastos públicos em saúde, educação e seguridade social por vinte anos, tendo as ocupações, nessa época, recebido o apoio de diversos cursos e institutos da universidade.

> Essa atitude gerou a necessidade de realizar a autogestão do espaço, por meio de assembleias que funcionassem como instâncias deliberativas, capazes de organizar as tarefas entre grupos de trabalho responsáveis pela limpeza, segurança e alimentação. As ocupações mantinham diversas atividades públicas diariamente, como aulas abertas, cine-debates e oficinas. As redes sociais foram instrumentos fundamentais para divulgar a programação, alcançar o público externo, trocar informações entre as diferentes ocupações, solicitar doações e manter diálogo com toda a comunidade acadêmica. (Rosa et al., 2018, p. 65)

Ações que contextualizam uma prática voltada à comunidade que dizem de uma gestão, representação e fortalecimento coletivo dos discentes em relação com outros discentes e agentes educacionais, movimentos sociais e pautas macropolíticas perpassando uma preocupação ético-política.

> Ficou deliberado em assembleia que pessoas negras - mulheres e homens - só trabalhariam na cozinha e na limpeza se quisessem, pois a maioria de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados ocupando essas funções são negras e negros. Ainda assim, não por acaso, tais tarefas foram realizadas por mulheres, evidenciando como o marcador de gênero demonstra a reprodução de papéis desiguais, mesmo por quem se propõe a desconstruí-los no interior de uma luta coletiva. As ocupações são espaços de disputa política por protagonismo. Funções como falar ao microfone, dar informes e escrever textos também trazem à tona o debate sobre a distribuição de tarefas. Nos primeiros quatro dias de ocupação, surgiu uma onda de denúncias de racismo explícito no interior das ocupações em toda a UFRGS. Era preciso que os estudantes não apenas discutissem, mas principalmente, agissem sobre as desigualdades que buscavam combater. ... A primeira reivindicação sugeria que as demandas das ocupações não entrassem em conflito com as atividades do mês da consciência negra na UFRGS, previsto para ser reali-

> zado ao longo de novembro de 2016. As programações deveriam ser conciliadas e integradas. Logo, foi deliberado que, entre as principais atividades oferecidas pela ocupação, duas seriam sobre a temática racial. A segunda reivindicação, a partir da criação de uma lista com teóricas/os negras/os acerca das relações raciais e da elaboração de um programa, foi que houvesse uma disciplina obrigatória, de caráter interdepartamental, para tratar da temática racial. (Rosa et al., 2018, pp. 65-66)

A narrativa discente, acerca dos movimentos de ocupação, ocorridos em 2016, nos ajuda a visualizar o que ocorria no âmbito das relações dentro dos corredores da universidade, nesse período, e que jamais poderiam ter sido impressas nas páginas de um jornal, com a mesma intensidade e sensibilidade. Com facilidade se pode perceber os entraves que se dão, de um lado pela busca por garantia de direitos e, por outro, por ações de repressão e silenciamentos que operam entre os próprios alunos e professores. Sendo que, tanto o corpo institucional como os corpos discentes e docentes oscilam, ora em aliança, ora em discordância e, a partir desses movimentos, se relacionam com os discursos de poder e ações macropolíticas que rompem os muros da universidade.

Se torna possível constatar, dessa forma, que há importantes avanços e conquistas no que tange a educação superior, juntamente com severos ataques e desinvestimentos que precarizam a educação e a vida dos sujeitos nesse contexto que reafirmam a necessidade de se seguir lutando e tensionando novas formas de se habitar e resistir no âmbito acadêmico, e para além dele. A construção de bons encontros e novos saberes e teorias que coloquem em xeque a colonialidade do saber e as práticas de violência, que operam dentro da universidade, são ao mesmo tempo as formas com as quais se luta e se aliança, e também os motivadores pelos quais se criam as condições de tensionamentos e embates no contexto universitário, no qual opera e se legitima o que é dado como verdade e o que é posto à margem. Como aponta Federici (2019),

> precisamos superar esse estado de irresponsabilidade sobre as consequências das nossas ações que, por sua vez, são resultantes da forma destrutiva que está organizada a divisão social do trabalho no capitalismo; a produção das nossas vidas inevitavelmente se torna a produção da morte de outras pessoas... . Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o "nós" separado "deles". O processo de tornar comum deve ser o de produzirmos a nós mesmos como sujeitos comuns. (Federici, 2019, p. 404)

Assim, como mulher cisgênera, psicóloga e pesquisadora dentro da UFRGS, se torna fundamental firmar um contrato ético que se sustente na nomeação de situações de violência e opressão, bem como a recusa por essas ações e a demarcação do meu corpo no processo de produção do conhecimento, corporificando os saberes e o local do qual parte o meu olhar, sendo que a branquitude, em termos teóricos, sustenta uma categoria analítica que situa o branco enquanto sujeito racializado marcando a sua posicionalidade e singularidade (Bento, 2002). Se nomear branco, nesse sentido, significa romper com a noção de universalidade, colocando em discussão a circunscrição histórica, os jogos de poder e os privilégios que acompanham a categoria branca desde o período colonial. Somente assim é possível pensar em um futuro com mundos mais plurais e éticos, em que uma política de alianças dentro de um espaço do comum, se torne uma condição de possibilidade concreta e efetiva na luta contra a violência, a desigualdade e a opressão.

Referências

Ballestrin, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online], 11, 89-117. https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004

Bento, Maria Aparecida Silva (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP). doi: 10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514.

Butler, Judith (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Civilização Brasileira.

Carneiro, Sueli (2005). *Enegrecer o feminismo*: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Bazar do Tempo.

Ceará, Lianne, Amorozo, Marcos, & Buono, Renata (2021, 13 de Maio). Proporção de Negros e Indígenas nas Universidades Triplicou em 21 Anos no Brasil. *Revista Piauí* [online]. https://piaui.folha.uol.com.br/proporcao-de-negros-e-indigenas-nas-universidades-triplicou-em-21-anos-no-brasil/

Dias, José (2015). Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Revista da Avaliação da Educação Superior, 20*(3). https://doi.org/10 .1590/S1414-40772015000300002

Federici, Silvia (2019). O feminismo e a política dos comuns. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais (pp. 393-410). Bazar do Tempo.

Fórum. (2019). *Dia do Professor*: Educação enfrenta ameaças conservadoras e corte de verbas em governo Bolsonaro. 2019. https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/dia-do- professor-educacao-enfrenta-ameacas-conservadoras-e-corte-de-verbas-em-governo-bolsonaro/

Grosfoguel, Ramón (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, *3*(1), 25-49.

GZH (2019). MEC cortará verba de universidades que fazem "balbúrdia", diz ministro. https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/mec-cortara-verba-de-universidades-que-fazem-balburdia-diz-ministro-cjv3s3r1u02cs01ro3dkqrf0a.html

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da pesquisa parcial. *Cadernos Pagu,* 5, 07-41.

Haraway, Donna (2019). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais (pp. 163-220). Bazar do Tempo.

Harding, Sandra (2019). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais (pp. 96-122). Bazar do Tempo.

Hartmann, Marcel (2021). Corte em universidades federais afeta pesquisa, auxílio a alunos carentes e combate ao coronavírus. *Gaúcha ZH*. https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/05/corte-em-universidades-federais-afeta-pesquisa-auxilio-a-alunos-carentes-e-combate-ao-coronavirus-ckoot95w90004018mkt244jr1.html

bell hooks (2019). *Ensinando a transgredir*: a educação como prática de liberdade. Martins Fontes.

Kilomba, Grada (2016). A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba. Entrevistado por S. Rolnik. *Geledés,* Entrevista. https://www.geledes.org.br/ descolonizacao-do-pensamen to-na-obra-de -grada-kilomba/

Kilomba, Grada (2019). *Memórias da plantação*: Episódios de racismo cotidiano**.** Cobogó.

Lorde, Audre (2019). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais (pp. 246-256). Bazar do Tempo.

Lugones, María (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais (pp. 369-391). Bazar do Tempo.

Maurente, Vanessa (2019). Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], *23*(1), 1-15. https://doi.org/10.1590/Interface.180734

Mignolo, Walter (2017). Desafios decoloniais hoje**.** *Epistemologias do Sul*, *1*(1), 12-32.

Ministério da Educação (2019). MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos. Autor.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid=86

Nealdo, Carlos (2019). Bolsonaro quer confundir opinião pública sobre universidade, diz reitora da Ufal. *Portal Gazeta Web Globo*. https://gazetaweb.globo.com/ portal/ noticia/2019/04/bolsonaro-quer-confundir-opiniao-publica-sobre-universidade-diz-reitora-da-ufal_75234.php

PPGPSI.(2020). *Edital PPGPSI nº 2/2020 Processo de Seleção para o Curso de Mestrado Acadêmico* (março de 2021). UFRGS.http:// www.ufrgs.br/ppgpsi/selecao /arquivos-selecao/edital-mestrado

Rosa, M. V. F., Novais, F. L. M., Dell'aglio, D. D., Rodrigues, T. & Oliveira, M. A. (2018). Universidade e discussões interseccionais: ocupações e suas reverberações. In H. C. Nardi, M. V. F. Rosa, P. S. Machado, & R. S. Silveira (Orgs.)., *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional* (pp. 60-66). Secco.

Santos, Boaventura de Sousa (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados* [*online*], *2*(2), 46-71. https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007.

Souza, Tadeu de Paula (2018). *O devir negro do comum*: reflexões a partir dos desafios do SUS. https://urucum.milharal.org/2018/08/07/o-devir-negro-do-comum-reflexoes-a-partir-dos-desafios-do-sus/

UFRGS. (2020). *Universidade trabalha para oferecer cotas em todos os PPGs no primeiro semestre de 2021***.** http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/universidade-trabalha-para-oferecer- cotas-em-todos-os-ppgs-no-primeiro-semestre-de-2021

Oliveira, Thaiane (2019). As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas em Ciência da Informação* [*online*], *24*(1), 191-215. https://doi.org/10.1590/1981-5344/3520.